ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16858 - Painel Temático - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
ISSN: 2595-7945
Painel Temático

COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE
Adriana Garcia Gonçalves - UFSCAR/PPGEES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Jaima Pinheiro de Oliveira - FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Ketilin Mayra Pedro - UFSCAR/PPGEES - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
Gerusa Ferreira Lourenço - UFSCar- PPGE Ed. Especial -Universidade Federal de São Carlos
Aila Narene Dahwache Criado - UNESP - Marília / FFC - Universidade Estadual Paulista
Viviane Rodrigues - UNESP - Marília / FFC - Universidade Estadual Paulista

COLABORAÇÃO E INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE

Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais

Ketilin Mayra Pedro

Universidade Federal de São Carlos

Gerusa Ferreira Lourenço

Universidade Federal de São Carlos

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Universidade Estadual Paulista

Viviane Rodrigues

Universidade Estadual Paulista

Adriana Garcia Gonçalves

Universidade Federal de São Carlos - UFSCar

Este painel temático tem como objetivo analisar as possibilidades de formação continuada docente na perspectiva colaborativa para Inclusão Escolar de estudantes do público da Educação Especial. O foco está na apresentação de resultados de experiências formativas a partir de redes de apoio, formação continuada na modalidade da Educação a Distância e a oferta de recursos de Tecnologia Assistiva em cursos de formação docente. A formação continuada de professores é um dos requisitos para o favorecimento de práticas pedagógicas inclusivas com o intuito de proporcionar melhores condições de aprendizado aos estudantes público da Educação Especial, bem como para todos os estudantes nas classes comuns de escolas públicas brasileiras.

Palavras-chave: Educação Especial; Inclusão Escolar; Formação Docente; Colaboração; Tecnologia Assistiva.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOCENTE: EXPERIÊNCIAS DO OBSERVATÓRIO DE REDES DE APOIO À INCLUSÃO ESCOLAR E À EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Jáima Pinheiro de Oliveira

Universidade Federal de Minas Gerais

Ketilin Mayra Pedro

Universidade Federal de São Carlos

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Inclusão Escolar. Formação Profissional Docente.

O Observatório de Redes de Apoio à Inclusão Escolar e à Educação Inclusiva (OIEEI) constitui-se de grupos e organizações que fazem e apoiam estudos, pesquisas e práticas da área de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Tem como objetivo, portanto, fortalecer redes de apoio, valorizar proposições de ações que podem contribuir para as políticas públicas de incentivo e efetivação do processo de inclusão educacional, em todos os níveis do sistema educacional. Os profissionais que compõem o OIEEI, de instituições de ensino nacionais e internacionais, contribuem com ações que consideram três eixos temáticos, a saber: Formação Profissional, Políticas Públicas de (e para) a inclusão educacional e Intervenção (dia a dia das instituições educacionais).

Além disso, os pesquisadores e outros profissionais trabalham com os mais distintos ciclos de vida dos sujeitos e, portanto, as investigações e ações desenvolvidas nesses eixos podem incidir direta ou indiretamente na permanência e na participação dos sujeitos nos mais diferentes ambientes de convivência, aprendizagem e formação (Santos e Pedro, 2023; Oliveira et al, 2021). Ao adotar a perspectiva da Educação Inclusiva, o Observatório compreende que essa perspectiva está relacionada a uma educação de qualidade para todas as pessoas e, portanto, há outros públicos com necessidades específicas de atenção que, embora

não façam parte, oficialmente, do chamado público-alvo da educação especial, podem precisar de atenção especializada para questões de acessibilidade curricular, por exemplo. Além disso, reiteramos que os princípios da Educação Inclusiva dizem respeito às políticas educacionais que protagonizam ações que garantam sistemas educacionais justos e inclusivos para todas as pessoas e, especialmente aquelas que foram historicamente marginalizadas desse sistema (UNESCO, 2020a, 2020b). Assim, o presente texto tem por objetivo apresentar resultados das ações principais que o OIEEI tem desenvolvido, com atenção especial àquelas voltadas à formação continuada de professores.

Selecionamos para essa apresentação alguns dos indicadores resultantes da proposta denominada de ***Parâmetros e indicadores de acompanhamento permanente de ações de suporte para o processo de inclusão escolar***. Essa pesquisa tem como tema central a busca por indicadores e subsídios que forneçam suporte para o processo de escolarização de estudantes com deficiência, nos mais diferentes níveis de ensino. Este é um dos projetos que mais tem articulado ações entre os integrantes do OIEEI, cujo foco é a formação profissional docente, para atuar em contextos inclusivos.

Um dos resultados de demandas já mapeadas, indicam, em todas as discussões conduzidas nas formações uma necessidade de mudança em relação à compreensão sobre o direito escolar de crianças com deficiência e, principalmente, uma necessidade de mudança de perspectiva sobre o que é deficiência. Na apresentação desse painel, serão indicados dados específicos sobre estes aspectos, relacionados a uma das formações conduzidas por uma equipe do OIEEI, na qual estão participando aproximadamente 130 professores, dentre os quais, também encontram-se monitores (22). Destes participantes, cerca de 50% responderam, em um formulário aplicado antes de iniciar a formação, que na rede na qual atuam não existe uma política de formação para a Inclusão Escolar. Essa formação, que está sendo conduzida pelo OIEEI é uma das ações da rede municipal para dar início às discussões que podem culminar em uma proposta de política de formação.

As iniciativas conduzidas pelo OIEEI têm demonstrado um esforço conjunto e contínuo para promover a inclusão escolar de crianças com deficiência em diferentes regiões do país (Oliveira e Cruz, 2023). E os desdobramentos das ações já implicaram em análises também que articulam a formação docente em outros países da América Latina. A criação de redes de apoio revela um compromisso em abordar as lacunas existentes nos serviços de suporte especializado, mas também revelam a urgência de se discutir mais sobre as temáticas que estão envolvidas no processo de inclusão escolar, considerando os princípios da Educação Inclusiva (Oliveira, 2024).

A sustentabilidade dessas ações depende, em grande parte, da obtenção de apoio financeiro e do engajamento contínuo de gestores e professores. Todas essas ações têm fornecido, cada vez mais, parâmetros e indicadores de acompanhamento permanente da formação e da atuação de professores e refletem abordagens robustas e científicas para a inclusão escolar. Assim, o OIEEI destaca-se pela sua capacidade de articular diversos

pesquisadores, utilizando uma vasta gama de procedimentos de geração e análise de dados, além de sistematizar essas ações, fornecendo assim suportes para outros profissionais que queiram apoiar os processos de gestão de políticas públicas para o processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de. Perfil e concepções de professores de sala comum participantes de uma ação formativa sobre inclusão escolar no Vale do Mucuri. **Revista Saber Incluir**, 2, 1-17, 2024.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Análise de uma formação continuada colaborativa em inclusão escolar. In: **Anais** da 41 Reunião Nacional da Anped, Manaus, 2023, p. 1-6.

OLIVEIRA, Jáima Pinheiro de; TORRES, Josiane Pereira; SARAIVA, Ana Maria; SA, Michele Aparecida. A Formação Continuada de Professores Sobre Inclusão Escolar nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri no Contexto da Pandemia de Covid-19. In: **Anais** do V Congresso Nacional de Formação de Professores e XV Congresso Estadual Paulista sobre Formação de Educadores. São Paulo: Unesp, 2021. v. 1. p. 1-10.

SANTOS, Renata; PEDRO, Ketilin Mayra. Desafios dos professores com o público-alvo da educação especial na pandemia da covid-19. **Revista Cocar** (UEPA), v. 19, p. 1-19, 2023.

UNESCO. **Towards inclusion in education**: status, trends and challenges: the UNESCO Salamanca Statement 25 years on. UNESCO, 2020a.

UNESCO. **Global education monitoring report 2020**: Inclusion and education—All means all. Paris: UNESCO, 2020b.

A FORMAÇÃO CONTINUADA NA MODALIDADE DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA COMO CAMINHO PARA FOMENTAR PRÁTICAS INCLUSIVAS

Adriana Garcia Gonçalves

Universidade Federal de São Carlos

Gerusa Ferreira Lourenço

Universidade Federal de São Carlos

Palavras-chave: Educação Especial; Formação Continuada; Educação a Distância.

A formação inicial e continuada de professores para o favorecimento de práticas pedagógicas inclusivas também têm sido o alvo de trabalho da Universidade Federal de São Carlos. Assim, ainda no escopo das estratégias formativas para a proposta deste painel temático, o presente trabalho tem como objetivo apresentar a modalidade da Educação a Distância (EAD) para formação continuada docente como caminho para fomentar práticas colaborativas e inclusivas no contexto da educação básica, a partir da realização de disciplinas

que tangenciam o uso de tecnologia assistiva em seis edições de um curso de aperfeiçoamento direcionado à escolarização de alunos com deficiência. A questão da escolha da modalidade da EaD se deu em virtude de ser um facilitador no processo de ensino-aprendizagem, com maior flexibilidade de tempo de espaço para atingir um público mais abrangente em termos numéricos, além da diversidade de locais, ainda mais em tempos de pandemia, no qual a maioria dos cursos foi ofertado neste período.

A partir dos direcionamentos legais e políticos acerca da necessidade de oferta de estratégias formativas com foco na docência, como anunciado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394/96 e nos referenciais da área, conhecimentos básicos sobre o processo de escolarização de estudantes considerados público-alvo da Educação Especial tornam-se de alto interesse para o processo de inclusão escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) direciona que as propostas formativas devem contemplar conhecimentos amplos acerca da docência, e também aqueles específicos para a atuação nos serviços de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Cabe salientar que o AEE requer um professor que possa transitar em espaços como salas de recursos, salas comuns do ensino regular, centros de educação especializado, entre outras configurações, tendo como norte fornecer suporte para a escolarização com sucesso dos estudantes. Como reforço, a Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que estabelece as Diretrizes Operacionais para o AEE (BRASIL, 2009), também ressalta as especificidades no processo formativo desses professores, tendo em vista as habilidades e competências de seu exercício profissional. Dentre esses conhecimentos, a aplicação de recursos de tecnologia assistiva é considerada essencial para garantir acessibilidade aos estudantes com deficiência.

A proposição de modelo de formação continuada à distância tem sido uma realidade no país e os cursos de aperfeiçoamento nesta modalidade se constituem como um caminho interessante de alcance às diversas regiões. Entre os anos de 2018 e 2023, foram ofertadas seis edições de um curso de aperfeiçoamento para professores da Educação básica com foco no processo de alfabetização para os estudantes com deficiência, a partir de uma parceria com o Ministério da Educação.

Todos os cursos de aperfeiçoamento foram organizados numa carga horária de 180 horas, com sete módulos temáticos, a saber: Ambientação Digital e Conceito de Deficiência (15 horas), Letramento/Alfabetização para estudantes surdos (30 horas), Letramento/Alfabetização para estudantes cegos/baixa visão (30 horas), Letramento/Alfabetização para estudantes com deficiência intelectual (30 horas), Letramento/Alfabetização para estudantes com deficiência física (paralisia cerebral) (30 horas), Letramento/Alfabetização para estudantes com transtorno do espectro autista (30 horas), Letramento/Alfabetização para estudantes surdocegos (15 horas).

Com ferramentas tecnológicas disponibilizadas no ambiente de aprendizagem por

meio da Plataforma Moodle, os conteúdos foram organizados por meio de materiais didáticos audiovisuais, textos de apoio, e atividades com suporte síncrono e assíncrono da equipe junto aos cursistas. Dos 3859 professores da Educação Básica matriculados, 3182 aprovados, com 82,45% de aproveitamento, o que indica resultados positivos da proposta elaborada.

Especificamente acerca dos conteúdos, destaca-se neste trabalho o quanto os recursos de tecnologia assistiva estão presentes ao longo dos temas, com destaque nas disciplinas direcionadas à alfabetização dos estudantes com baixa visão e cegueira, e aqueles com deficiência física, os quais demandam diretamente o uso de estratégias e equipamentos alternativas para lhes garantir participação e aprendizado nas atividades escolares.

A apresentação dos possíveis dispositivos e o raciocínio de como selecioná-los e os incluir na prática cotidiana escolar são abordados, indo ao encontro das prerrogativas das competências esperadas aos professores com conhecimento em Educação Especial. Por meio de estudos de caso, materiais instrucionais e complementares, estes conhecimentos são ofertados ao longo das disciplinas.

Tendo em vista que o movimento e garantia da inclusão escolar de todos os estudantes no contexto do ensino regular trouxe novos desafios à escola, e consequentemente, aos modelos de formação de professores que garantam repertório para suas novas responsabilidades, propostas inovadoras de formação continuada devem ser compromisso das universidades.

Conteúdos específicos que habilitem os professores a pensar e propor ferramentas de acessibilidade, como os recursos de tecnologia assistiva, devem ser contemplados. E o presente trabalho se debruça a destacar como um curso de aperfeiçoamento à distância pode ser um caminho importante e válido de formação na área no país.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4**, de 2 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf Acesso em: 10 jul. 2017.

O USO DA TECNOLOGIA ASSISTIVA NO CONTEXTO ESCOLAR: ANÁLISE DE UMA PROPOSTA DE TRABALHO COLABORATIVO

Aila Narene Dahwache Criado Rocha

Universidade Estadual Paulista

Viviane Rodrigues

Universidade Estadual Paulista

Palavras-chave: Educação Especial; Formação de Professores; Tecnologia Assistiva; Trabalho Colaborativo.

Atualmente, o *Global Report on Assistive Technology* reconhece que uma em cada dez pessoas no mundo necessita de produtos assistivos (OMS, 2022). Em resposta a esta necessidade, os avanços nas pesquisas e nas intervenções profissionais relacionadas à Tecnologia Assistiva (TA) têm sido significativos. No entanto, ainda persistem desafios substanciais, particularmente no que se refere à garantia do direito à educação de qualidade para todos os indivíduos. A expansão dos estudos e o desenvolvimento de novos recursos de TA são essenciais para apoiar as intervenções de profissionais que acompanham estudantes com deficiências e Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Diante deste cenário, há uma necessidade urgente de ampliação de propostas que permitam que os educadores construam conhecimentos teóricos e práticos para o uso efetivo da TA com a diversidade de estudantes presentes no ambiente escolar, considerando o direito constituído destes estudantes à TA (Brasil, 2015). Entre os modelos de formação temos o trabalho colaborativo que é definido como um processo no qual profissionais atuam em relação igualitária, e não hierárquica, com outros profissionais visando a ampliação de conhecimentos teóricos e práticos formando uma rede de apoio (Capellini; Zerbato, 2019).

Neste contexto, este manuscrito tem como objetivo analisar um modelo de formação em serviço, por meio do trabalho colaborativo, com vistas a apoiar o uso da TA no contexto escolar. Esta formação em serviço foi baseada no trabalho colaborativo e interdisciplinar entre profissionais das áreas da saúde e da educação, por meio de consultorias.

A partir do método, caracteriza-se que a pesquisa foi desenvolvida em um Centro Escola Municipal de Atendimento Educacional Especializado, um Centro de Reabilitação Especializado vinculado a uma Universidade Pública do estado de São Paulo e em escolas municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental I do mesmo município.

Participaram do estudo 34 crianças, sendo 12 diagnosticadas com Paralisia Cerebral (PC) e 22 com Transtorno do Espectro Autista (TEA) com idades entre 1 a 11 anos. Participaram também do projeto 28 professoras de sala comum, 8 professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE), 10 auxiliares de sala, 13 gestores e 4 profissionais da saúde.

A intervenção para implementação da TA no contexto escolar foi composta por uma sequência de ações colaborativas planejadas em encontros envolvendo todos os profissionais. As ações foram avaliadas com base no feedback dos profissionais e dos estudantes sobre o

uso da TA no contexto escolar, bem como na observação das mudanças, na participação dos estudantes nas atividades escolares. Para apreciação do material foram utilizados dois tipos de análise, a quantitativa e a Análise de Conteúdo proposta por Bardin (2010). A seguir foram apresentadas as etapas do estudo e os principais resultados:

a) Sensibilização dos Profissionais: envolveu a sensibilização dos profissionais sobre a importância da TA. Foram realizadas oficinas com dinâmicas, textos e simulações de atividades cotidianas utilizando recursos de TA.

b) Avaliação das demandas: foram avaliadas as habilidades dos estudantes em atividades nos diferentes ambientes escolares. A identificação dos recursos necessários foi realizada através de observações dos estudantes e apontamentos dos profissionais que o acompanham na escola.

c) Construção dos recursos de TA: com base na avaliação, foram desenvolvidos recursos de TA. A confecção desses recursos foi adaptada para atender às características do aluno e as demandas do ambiente onde ele realiza suas atividades.

d) Validação dos recursos pelos profissionais: os recursos desenvolvidos foram avaliados pelos profissionais para ajustes necessários em relação ao conteúdo, formato e usabilidade.

e) Validação dos recursos pelos usuários: a validação final foi realizada com os estudantes, utilizando os recursos durante a realização de suas atividades no contexto escolar.

f) Implementação da TA no contexto escolar: após a validação, os recursos de TA os estudantes passaram a utilizá-los no contexto escolar. Foi proposto formações com os profissionais que não acompanharam o desenvolvimento das ações e rodas de conversa com estudantes para potencializar o uso dos recursos de TA.

g) Atualização dos Recursos de TA: considerando que as habilidades do estudante podem se modificar com o seu desenvolvimento e as demandas do ambiente podem sofrer alterações, foi proposto a avaliação periódica dos recursos. Esse processo contínuo de acompanhamento visa garantir que os recursos continuem a atender às necessidades dos estudantes.

Conclui-se que os resultados indicaram que o modelo colaborativo promoveu uma participação ativa e engajada dos estudantes nas atividades escolares, permitindo o desenvolvimento de habilidades acadêmicas, comunicativas e de interação social. O uso da TA possibilitou que as crianças participassem de atividades compartilhadas com os pares, ampliando suas oportunidades de aprendizagem e inclusão. Além disso, forneceu formação teórica e prática para os profissionais envolvidos, aumentando suas competências e confiança na implementação das Tecnologias Assistivas.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.

BRASIL. **Lei 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União 2015; 7 jul.

CAPELLINI, Vera Lúcia; ZERBATO, Ana Paula. **O que é Ensino Colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION AND THE UNITED NATIONS CHILDREN´S FUND (UNICEF). **Global report on assistive technology**. Geneva, 2022.